

PMT/SMG/DL/LCGCP/050/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADA: TIM S/A.

PROCESSO N.º: 128/2020

DISPENSA N.º: 026/2020

VALOR: R\$ 17.486,40

**"TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NAS MODALIDADES DE TELEFONIA MÓVEL E ACESSO A INTERNET MÓVEL (MODEM), QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA TIM S/A, NA FORMA ABAIXO":**

Pelo presente instrumento particular de contrato a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **TIM S/A**, devidamente inscrita no CNPJ/MF n.º 02.421.421/0001-11, inscrição estadual 86.092.085, com sede à Rua Fonseca Teles, 18 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.940-200, representada neste ato por seus procuradores **BERNARD HESKIA ZEITUNE**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade n.º 020206306-1, expedido pelo SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 101.984.957-65, com endereço comercial à Rua Fonseca Teles, n.º 18 - 3º andar - Bloco B - São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.940-200. Data de nascimento: 27/06/1983 Endereço Residencial: Av. Giovanni Gronchi, n.º 7143, Vila Andrade, CEP: 05724 - 005, em São Paulo/SP. E-mail Institucional/Pessoal: [bzeitune@timbrasil.com.br](mailto:bzeitune@timbrasil.com.br) - Telefone: (021) 98113-5137, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tem entre si justos e combinados o seguinte, mediante as cláusulas e condições abaixo assinadas:

**Cláusula 1ª) DO OBJETO** - A "Contratada" compromete-se na prestação de serviços móvel pessoal SMP outorgado pela Anatel com fornecimento de voz e dados, na modalidade pós pago, com fornecimento de 94 (noventa e quatro) linhas telefônicas em conformidade com as especificações constantes deste termo contratual.

**Cláusula 2ª) DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** - A presente contratação possui o valor de R\$ 1.457,20 (hum mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) mensais, conforme detalhamento abaixo a qual apresenta os valores estimados para 12 meses de prestação do serviço, totalizando R\$ 17.486,40 (dezessete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

**Tabela 1 - Serviço Móvel Pessoal**

Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unit	Valor Mensal	Média Total
1	94	UN	ASSINATURA MENSAL TELEFONIA MÓVEL - TIM BLACK.	\$4,80	\$451,20	\$5.414,40
2	10	PT	PACOTE DE DADOS (INTERNET 4G) - MODEM/ 5GB	\$5,00	\$50,00	\$600,00
3	22	PT	PACOTE DE DADOS (INTERNET 4G) - SMARTPHONE / 5GB	\$5,00	\$110,00	\$1.320,00
4	94	MIN	PACOTE DE MINUTOS VC1 (PARA MÓVEL OU FIXO DE QUALQUER OPERADORA, USANDO CSP 41 - ILIMITADO.	\$0,00	\$0,00	\$0,00
5	94	MIN	PACOTE DE MINUTOS VC2 (PARA MÓVEL OU FIXO DE QUALQUER OPERADORA, USANDO CSP 41) - ILIMITADO.	\$0,00	\$0,00	\$0,00
6	94	MIN	PACOTE DE MINUTOS VC3 (PARA MÓVEL OU FIXO DE QUALQUER OPERADORA, USANDO CSP 41 - ILIMITADO.	\$0,00	\$0,00	\$0,00
7	94	MES	PLANO DE GESTÃO	\$9,00	\$846,00	\$10.152,00
8	94	UN	SMS ILIMITADO	\$0,00	\$0,00	\$0,00
9	94	SV	USO ILIMITADO DOS APLICATIVOS SEM DESCONTAR DA FRANQUIA - Whatsapp, Messenger, Telegram, Waze e 99Táxi.	\$0,00	\$0,00	\$0,00
<b>Valor Total Estimado</b>					<b>\$1.457,20</b>	<b>\$17.486,40</b>

§ 1º - A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA de acordo com os valores unitários constantes na tabela supra.

§ 2º - Os valores ofertados pela CONTRATADA em sua proposta comercial já consideraram todos os encargos incidentes sobre o objeto deste Contrato, não sendo aceita reivindicação posterior para sua inclusão nesses valores, salvo se houver comprovação de que são novos e criados por ato de governo.

§ 3º - O pagamento será efetuado mensalmente, após a prestação do serviço, mediante apresentação da fatura/nota fiscal à CONTRATANTE.

§ 4º - A CONTRATANTE se reserva o direito de suspender o pagamento se o serviço for prestado em desacordo com as especificações constantes deste Contrato, ou se houver qualquer erro ou irregularidade em relação a dados constantes da fatura/nota fiscal apresentada, o que não acarretará para a CONTRATANTE a responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes desse não pagamento, como multas e correções.

§ 5º - A fatura/nota fiscal, com o detalhamento do serviço prestado, deverá ser entregue em papel ou via WEB. Deverão constar, **no mínimo**, as seguintes informações: tipo da chamada, número do telefone de origem, número do telefone de destino, duração da chamada, data da realização, horário da chamada, horário e valor da chamada (com impostos), descrição do serviço de dados, velocidade e valor total.

§ 6º - A contestação pela CONTRATANTE dos débitos constantes na nota fiscal/fatura será feita conforme explicitado em regulamento do Ministério das Comunicações, devendo ser emitida nova nota fiscal/fatura para pagamentos dos débitos remanescentes não contestados. Apurado o débito contestado, sendo este devido, será ele incluído na próxima nota fiscal/fatura a ser emitida pela CONTRATADA, acrescido de multa e juros legais pertinentes, conforme explicitado em norma do Ministério das Comunicações.

§ 7º - O pagamento somente será efetuado se a CONTRATANTE atestar a execução satisfatória do serviço de acordo com o regimento estabelecido pela Anatel.

§ 8º - O pagamento efetuado não implica reconhecimento pela CONTRATANTE de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações previdenciárias, sociais, trabalhistas, tributárias e fiscais, nem novação em relação a qualquer regra constante destas especificações.

§ 9º - Os valores deste contrato referentes aos serviços já ativos deverão passar a vigorar em até 60 dias após a assinatura do contrato.

**Cláusula 3ª) - DA VIGÊNCIA** - A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente termo, podendo ser renovado por igual período de acordo com a lei 8.666/93.

**Parágrafo Único** - O prazo de execução do presente poderá ser prorrogado, observado o limite legal, mediante acordo entre as partes por meio de termo aditivo, procedido da comprovação da presença dos requisitos legais para a hipótese prevista, nos termos do inciso II do artigo 57 da lei 8.666/93.

**Cláusula 4ª) - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS** - Este Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula 5ª) - DO REAJUSTE** - Os valores indicados pela CONTRATADA em sua proposta comercial não serão reajustados durante o período de 12 (doze) meses, na forma da legislação vigente.

§ 1º - Poderão ser alterados após o período de 12 (DOZE) meses mediante índice aplicado pela Anatel.

§ 2º - Respeitado o valor mínimo pactuado pelo período de vigência do Contrato, fica reservado à CONTRATANTE o direito à negociação dos índices de reajuste de que dispõem o artigo 1º deste Contrato.

§ 3º - Eventual alteração de valores em decorrência de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

**Cláusula 6ª) - DA FISCALIZAÇÃO** - Deverão ser assegurados à CONTRATANTE amplos poderes para fiscalizar e acompanhar o serviço contratado, bem como o direito de obter os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a CONTRATADA fornecer relatórios ou quaisquer informações que lhe forem solicitados.

§ 1º - A ação fiscalizadora da CONTRATANTE não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas neste Contrato ou por irregularidades constatadas.

§ 2º - Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr. Gleyson Ramos Guimarães Lima, Secretário de Governo, portador da Cédula de Identidade RG nº. 32.643.428-8 SSP/SP e inscrito no CPF nº. 320.627.468-06, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

**Cláusula 7ª) - DOS RECURSOS FINANCEIROS** - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente até o encerramento do atual ano civil, classificadas e codificadas a seguir:

02.04.00 – 12.122.0034.2075 – 3.3.90.39 – **219** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$285,60**  
02.04.00 – 12.361.0029.2058 – 3.3.90.39 – **237** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$165,60**  
02.04.00 – 12.361.0034.2071 – 3.3.90.39 – **322** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$2.318,40**  
02.04.00 – 12.362.0032.1000 – 3.3.90.39 – **335** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$165,60**  
02.04.00 – 27.812.0031.2050 – 3.3.90.39 – **407** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$165,60**  
02.06.00 – 08.244.0016.2024 – 3.3.90.39 – **556** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$451,20**  
02.08.00 – 10.122.0022.2115 – 3.3.90.39 – **638** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$165,60**  
02.08.00 – 10.301.0027.2142 – 3.3.90.39 – **752** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$1.821,60**  
02.08.00 – 10.302.0024.2121 – 3.3.90.39 – **782** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$331,20**  
02.11.00 – 24.722.0001.2167 – 3.3.90.39 – **907** – Outros Serv Terc. P. jurídica – **R\$10.322,40**  
**5322** – Consignações – **R\$1.293,60**

**Cláusula 8ª) - DAS RESPONSABILIDADES** - A CONTRATADA, neste ato, assume a responsabilidade civil relativamente a qualquer dano que o serviço por ela prestado venha a causar ao patrimônio público, ao pessoal da CONTRATANTE ou a terceiros, conforme disposto no artigo 70 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**§ 1º** - A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, sociais previdenciários, fiscais e securitários resultantes da execução deste Contrato, devendo remeter à CONTRATANTE os respectivos comprovantes, sempre que exigidos.

**§ 2º** - Em caso de a CONTRATANTE ser judicialmente condenada ao pagamento de quaisquer ônus referidos no subitem acima, a CONTRATADA deverá ressarcir-la dos valores correspondentes, acrescidos de 20% (vinte por cento) a título de honorários.

**§ 3º** - A CONTRATADA deverá manter, ao longo da execução deste Contrato, a qualidade do serviço previsto no Anexo Único, sendo obrigada a refazer, a qualquer tempo, serviço prestado que apresente qualquer tipo de defeito.

**§ 4º** - A CONTRATADA será obrigada a manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

**Cláusula 9ª) - DA RESCISÃO** - Para a rescisão do futuro contrato aplicam-se, no que couber, as disposições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes. Em caso de rescisão a Administração adotará as seguintes providências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato;

b) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Poder Público Municipal.

**§ 1º** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**Cláusula 10ª) - DAS PENALIDADES** - A Contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da lei nº. 10.520/02, bem como aos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93.

**§ 1º)** - De conformidade com art. 86 da lei nº 8.666/93, a contratada, garantida a prévia defesa ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

**§ 2º)** - Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela execução total ou parcial deste contratado, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa de 1% (um por cento) do valor contrato.

c) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorridos o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**§ 3º)** - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**§ 4º)** Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se á comunicação escrita a empresa, e publicação do órgão da imprensa oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constatando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

**Cláusula 11ª) - DO FORO** - Fica eleito o foro da cidade de Assis SP, com exclusão de outro qualquer, para dirimir as questões oriundas do presente contrato que não forem resolvidas por via administrativa na forma de Código Civil.

### **Cláusula 12ª) - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Através do PDC (Processo de Compra) nº 128/2020, a Prefeitura Municipal de Tarumã elaborou contrato nº 050/2020, a ser celebrado com a empresa TIM S.A..

A contratação dar-se-á através da Dispensa de Licitação, de acordo com o artigo nº 24, II da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação.

Art. 24: É dispensável a licitação:

II - Para outros serviços e compras até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior..."

Como o limite do art. nº 23 da mesma Lei, foi definido através do Decreto Lei nº 9412/2018 em R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais anual), as contratações com valores totais inferiores a R\$ 1.466,66 (mil quatrocentos e sessenta e seis reais mensal) são dispensáveis de licitação.

Portanto, considerando o valor final de R\$ 17.486,40 (dezessete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) apresentado pela empresa TIM S.A. a contratação por Dispensa de Licitação, pode ocorrer sem impedimentos.

**Cláusula 13ª) - DO SUPORTE LEGAL** - Este contrato é regido pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores e pela Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas adiante indicadas.

Tarumã, 07 de agosto de 2020.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**  
**OSCAR GOZZI**  
**CPF 403.647.128-72**  
**Prefeito Municipal**  
**Contratante**

---

**TIM S.A.**  
**BERNARD HESKIA ZEITUNE**  
**CPF 101.984.957-65**  
**Representante Legal**  
**Contratada**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Gleyson Ramos Guimarães Lima  
RG nº 32.643.428-8 – SSP/SP

2. \_\_\_\_\_  
Louise Caroline G. C. Prado  
RG nº 001.523.129 SSP/MS



## DECLARAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Através do PDC (Processo de Compra) nº 128/2020, a PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, elaborou contrato nº 050/2020, celebrado entre a empresa TIM S.A. e o município

A contratação dar-se-á através da Dispensa de Licitação, de acordo com o artigo nº 24, II da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação.

*Art. 24: É dispensável a licitação:*

*II - Para outros serviços e compras até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior..."*

Como o limite do art. nº 23 da mesma Lei, foi definido através do Decreto Lei nº 9412/2018 em R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais anual), as contratações com valores totais inferiores a R\$ 1.466,66 (mil quatrocentos e sessenta e seis reais mensal) são dispensáveis de licitação.

Portanto, considerando o valor apresentado pela empresa TIM S.A. de R\$ 1.457,20 (hum mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) mensais, totalizando a quantia de R\$ 17.486,40 (dezessete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), a contratação por Dispensa de Licitação, pode ocorrer sem impedimentos.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**  
**OSCAR GOZZI**  
**CPF 403.647.128-72**  
**Prefeito Municipal**  
**Contratante**

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

**CONTRATADO: TIM S/A.**

**CONTRATO Nº. 050/2020**

**OBJETO: CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NAS MODALIDADES DE TELEFONIA MÓVEL E ACESSO A INTERNET MÓVEL (MODEM).**

**Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:**

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, 07 de agosto de 2020.

### **GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Gleyson Ramos Guimarães Lima

Cargo: Secretário Municipal de Governo

RG nº. 32.643.428-8 SSP/SP, CPF nº. 320.627.468-6

Data de Nascimento: 01/09/1983

Endereço: Rua Guaiçara, nº 157 - Vila das Árvores - Tarumã/SP.

E-mail institucional: [gleyson.guimaraes@taruma.sp.gov.br](mailto:gleyson.guimaraes@taruma.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [gleyson.guimaraess@gmail.com](mailto:gleyson.guimaraess@gmail.com)

Telefone: (018) 3373-4500

Assinatura: \_\_\_\_\_



**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: Oscar Gozzi

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 403.647.128-72 - RG: 4.758.458-0 SSP SP

Data de Nascimento: 06/10/1950

Endereço: Rua das Acácias, n.º 125 - Tarumã/SP.

E-mail institucional: [gabinete@taruma.sp.gov.br](mailto:gabinete@taruma.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [novotempo2027@gmail.com](mailto:novotempo2027@gmail.com)

Telefone: (18) 3373-4500

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA:**

Nome: Bernard Heskia Zeitune

Cargo: Procurador

Data de nascimento: 27/06/1983

RG nº 020206306-1 SSP/RJ - CPF/MF sob o nº 101.984.957-65

Endereço Residencial: Av. Giovanni Gronchi, nº 7143, Vila Andrade, CEP: 05724 - 005, em São Paulo/SP.

E-mail institucional: [bzeitune@timbrasil.com.br](mailto:bzeitune@timbrasil.com.br)

E-mail pessoal: [bzeitune@timbrasil.com.br](mailto:bzeitune@timbrasil.com.br)

Telefone: (021) 98113-5137

Assinatura: \_\_\_\_\_